

Dossier "Campesinado y reforma agraria en América Latina: conflicto social, territorio y ambiente"

Revólver, enxada e suor: questões agrárias e a elite fundiária no Brasil Central

Revolver, Hoe and Sweat: Agrarian Issues for the Landing Elite in Central Brazil

Revólver, azada y sudor: cuestiones agrarias para la élite desembarcadora en el centro de Brasil

Recibido: 24 de enero de 2025

Aceptado: 4 de agosto de 2025

Publicado: 25 de octubre de 2025

DOI: [10.22517/25392662.25761](https://doi.org/10.22517/25392662.25761)

pp. 97-114

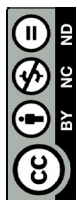
 **Gabriel de Paula***

gabriel.paula@ifgoiano.edu.br

 **Sandro Dutra e Silva****

sandroutr@hotmail.com

Licencia Creative Commons
Atribución/Reconocimiento-
NoComercial-SinDerivados 4.0
Internacional — CC BY-NC-ND 4.0.



* Professor no Instituto Federal Goiano Campus Morrinhos, Professor do Mestrado em Administração do Instituto Federal Goiano Campus Rio Verde, Líder do Grupo de Pesquisa em Humanidades Rurais.

** Doutor em Historia Social (Universidade de Brasília). Professor na Universidade Estadual de Goiás e Universidade Evangelica de Goiás, atuando em Programas de Pós-Graduação em Ciencias Ambientais (Mestrado e Doutorado)



Resumo

O artigo analisa a disputa político-ideológica em torno da reforma agrária no estado de Goiás (Brasil) durante a década de 1960. Por um lado, existiam movimentos populares a favor da reforma agrária, bem como projetos reformistas não radicais do governo estadual. Por outro, a elite agrária de Goiás, baseada na retórica da defesa da propriedade privada, do cristianismo, do mito do agricultor que domina a natureza e do anticomunismo, usava a sua força política e institucional para impedir o avanço de modelos reformistas considerados radicais. Propomos a ideia de que, se a elite agrária foi cúmplice do golpe civil-militar de 1964 no país, pressionou o governo para um caminho cada vez mais autoritário, possibilitando um modelo de exploração do Cerrado e, posteriormente, da Amazônia.

Palavras-chave: Reforma agrária, Goiás (Brasil), elite agrária, anticomunismo, golpe de 1964

Resumen

El artículo analiza la disputa político-ideológica en torno a la reforma agraria en el estado de Goiás (Brasil) durante la década de 1960. Por un lado, existían movimientos populares a favor de la reforma agraria, así como proyectos reformistas no radicales del gobierno estatal. Por otro, la élite agraria de Goiás, basada en la retórica de la defensa de la propiedad privada, el cristianismo, el mito del agricultor que domina la naturaleza y el anticomunismo, utilizaba su fuerza política e institucional para impedir el avance de modelos reformistas percibidos como radicales. Planteamos la idea de que si la élite agraria fue cómplice del golpe cívico-militar de 1964 en el país, presionó al gobierno hacia una vía cada vez más autoritaria, posibilitando un modelo de explotación del Cerrado y, posteriormente, de la Amazonia.

Keywords: Reforma Agraria, Goiás (Brasil), Élite Agraria, Anticomunismo, Golpe de 1964.

Abstract

The article examines the political and ideological dispute surrounding agrarian reform in the state of Goiás (Brazil) during the 1960s. On the one hand, there were popular movements in favor of agrarian reform, as well as moderate reformist projects promoted by the state government. On the other hand, the agrarian elite of Goiás—drawing on a rhetoric grounded in the defense of private property, Christianity, the myth of the farmer as master of nature, and anti-communism—employed its political and institutional power to block the advancement of reformist models perceived as radical. We argue that, by acting as an accomplice to the 1964 civil-military coup in the country, this elite pushed the government toward an increasingly authoritarian path, thereby enabling a model of exploitation of the Cerrado and, subsequently, the Amazon.

Keywords: Agrarian reform, Goiás (Brazil), agrarian elite, anticommunism, 1964 coup.

O artigo analisa como criadores de gado e suas associações classistas se mobilizaram politicamente mobilizaram-se nos primeiros anos da década de 1960 contra modelos radicais de reforma agrária, adotando uma postura autoritária. A retórica dos proprietários rurais evocava valores meritocráticos, religiosos e de forte defesa da propriedade privada diante de propostas de reforma agrária com viés popular. O conflito de classes pela terra intensificou-se e ultrapassou o golpe civil-militar de 1964, no qual a elite agrária representou uma forte base de apoio.

A passagem das décadas de 1950 e 1960 foi marcada pelo avanço das tensões sociais e políticas no ambiente rural brasileiro, com especial destaque para movimentos nas regiões Nordeste¹ e Centro Oeste². O caso particular dos proprietários de terra em Goiás, em sua maioria pecuaristas, foi marcado por uma atuação política por intermédio de associações de classe como a Sociedade Goiana de Pecuária (SGP) e Federação das Associações Rurais de Goiás (FAREG) e pela atuação de representantes políticoS dos interesses dos fazendeiros no Partido Social Democrático (PSD) e União Democrática Nacional (UDN), os dois principais partidos em atuação no estado de Goiás à época.

Se no âmbito nacional o Governo do Presidente João Goulart (1961-1964)³ esteve em certo período empenhado com as “Reformas de Base” e em particular com a reforma agrária, no estado de Goiás o Governador Mauro Borges (1961-1964) buscou avançar por caminhos distintos para tentar avançar na questão agrária no Estado, adotando desde influência dos modelos israelenses de ocupação até a possibilidade de desapropriação de terras. O espírito reformista do tempo histórico mobilizou as classes proprietárias rurais de Goiás (e de outras regiões do Brasil) a adotarem um discurso que oscilava desde o aceite de uma reforma vista como “constitucional” e com pagamento de indenização aos proprietários até a recusa frontal ao modelo reformista e o possível recurso às armas para proteção de seus interesses econômicos.

O artigo está dividido em quatro seções. A primeira seção oferece um panorama da atuação de movimentos sociais pela reforma agrária em Goiás, tais como as Ligas Camponesas e o Movimento de Trombas e Formoso, apresentando suas aproximações com o Governo Estadual para buscarem uma mediação do problema agrário e como movimentações em prol da luta armada de membros do movimento social do campo provocaram a hostilidade dos fazendeiros goianos e a pressão sobre o Governo para que atitudes fossem tomadas contra a escalada dos camponeses em prol da via armada.

A segunda parte do artigo apresenta como fazendeiros de Goiás e de outras regiões do chamado Brasil Central, em especial do Triângulo Mineiro, se mobilizaram a partir de suas associações de classe para defesa dos interesses da classe e do *ethos* “proprietarista”. Apontamos que a realização de congressos de fazendeiros sobre a reforma agrária era sempre marcados por posturas conservadoras que buscavam evitar uma radicalização da estrutura agrária e faziam a defesa de valores liberais como o esforço pessoal dos fazendeiros no processo de ocupação e domesticação do cerrado brasileiro⁴.

1 Thais Patricia Paulino da Silva e Avelar Araújo Santos Junior, “A Luta Pela e na Terra no Brasil: Uma Análise das Primeiras Ligas Camponesas do Nordeste,” *Revista Contexto Geográfico* 10, n.º 23 (2025): e102318704.

2 Paulo Ribeiro da Cunha, *Aconteceu longe demais: a luta pela terra dos posseiros em Formoso e Trombas e a Revolução Brasileira (1950-1964)* (São Paulo: Editora Unesp, 2007).

3 Alexandre Silveira de Amorim, “O Governo João Goulart, as Reformas de Base e o Golpe de 1964,” *Revista Angelus Novus*, n.º 20 (2024): 210466.

4 Sandro Dutra e Silva, Taliton R. L. Moura, e Francisco Itami Campos, “A terra dos coronéis no Oeste do

Na terceira seção realizamos a exposição da realização em Goiás de encontros de fazendeiros e políticos que resultaram na publicação da “Carta de Goiânia” em 1963. O documento lançava as bases do tipo de reforma agrária em que as elites rurais goianas estavam dispostas a aceitar: deveria ser uma reforma baseada nos valores do cristianismo, da defesa da propriedade privada e avessa à influência do comunismo.

A quarta parte do texto apresenta como a tensão entre fazendeiros, movimentos sociais e Estado escalou para uma situação de possível enfrentamento armado entre as partes. Se os movimentos sociais do campo estavam, em partes, dispostos ao recurso das armas, os fazendeiros se organizaram em espécies de milícias e que não titubeavam em derramar sangue na defesa de seus interesses econômicos e sociais. A escalada da situação colocou as armas como instrumento de pressão dos criadores de gado de Goiás contra os Governos Federal e Estadual. O avanço do autoritarismo dos fazendeiros foi peça chave no apoio à saída golpista de 1964.

O trabalho se valeu da pesquisa realizada nos acervos virtuais de periódicos da Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional e da Hemeroteca Digital do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG).

Estado, movimentos sociais e reforma agrária

Entre 1961 e 1964, o estado de Goiás foi governado por Mauro Borges (1920-2013), militar de formação e membro do Partido Social Democrático (PSD)⁵. Desde a sua criação, em 1945, o PSD possuía grande capilaridade entre as elites estaduais do Brasil, reunindo fazendeiros, industriais e egressos da ditadura estadonovista (1937-1945) de Getúlio Vargas, entre outros grupos influentes. Mauro Borges teve um papel de destaque no cenário político brasileiro⁶ durante a crise dos primeiros anos da década de 1960. Sua atuação foi decisiva na luta pela legalidade entre agosto e setembro de 1961, quando defendeu a posse de João Goulart na presidência após a renúncia de Jânio Quadros. No entanto, posteriormente, aderiu ao golpe civil-militar de 1964, que levou ao fim da democracia no Brasil. Em 1964, foi afastado pelos próprios golpistas, marcando o ocaso de sua trajetória política naquele período.

A gestão do governo de Mauro Borges em relação à questão agrária, nos primeiros anos de 1960, tinha como pano de fundo inúmeros confrontos, envolvendo, especialmente, posseiros e grilei-

Brasil: A cattle frontier, violência e dominação fundiária no Cerrado goiano,” *Topoi* 16, n.º 30 (2015): 234-259.

5 Uma boa reflexão sobre a história do PSD está disponível na obra de Lucia Hippolito, *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964)*, 2ª ed. (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012).

6 Para uma compreensão político-jurídica de Mauro Borges, ver Renato Bigliuzzi, “O caso Mauro Borges: Direito, Política e Constituição entre os dois primeiros atos institucionais” (tese de Doutorado, Universidade de Brasília, 2016), <http://dx.doi.org/10.26512/2015.05.T.19147>.

ros em regiões como Trombas e Formoso⁷, Porangatu, Goianésia, Jussara, entre outras⁸. É importante ressaltar que projetos de reforma agrária estavam entre as pautas dessa gestão, embora não atacassem de forma radical a estrutura agrária do estado de Goiás, a fim de não interferir no domínio dos médios e grandes fazendeiros. De acordo com Carlos Alberto Vieira Borba, a postura de Mauro Borges sobre a questão agrária era conservadora, sem interesse em ceder aos movimentos camponeses, evidenciando uma política que buscava evitar conflitos com os grandes proprietários e suas organizações classistas⁹. O governo do estado de Goiás contou com

o auxílio ou cooperação do Programa Ponto IV, do governo dos Estados Unidos. Isso ocorreu com a modernização da polícia e dos órgãos e repartições públicas na área da segurança, visando dar suporte à expropriação dos posseiros e ao estabelecimento do mercado de terras na região¹⁰.

Contudo, de acordo com Saimon de Brito e Elizeu Lira, simultaneamente à política agrária conservadora do governador de Goiás, “surgiu [...] no município de Dianópolis, no então povoado Rio da Conceição, um núcleo guerrilheiro das Ligas Camponesas¹¹, inicialmente disfarçados de Companhia Agropecuária, porém com uma proposta de reforma agrária através da revolução socialista nacional¹²”. As Ligas Camponesas surgiram em Pernambuco como um desdobramento da luta de trabalhadores rurais do Engenho Galiléia

7 “Dos conflitos que atravessavam o campo em Goiás à época, o mais longo e conhecido e que se arrastou de 1950 até 1964 foi o de Trombas e Formoso, envolvendo a disputa por terras devolutas entre sertanejos, no caso posseiros, e grileiros, em região próxima da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG). A disputa pelas terras da região, originalmente ocupada pelos posseiros, teve atores políticos importantes como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que por intermédio de estudantes, parlamentares, intelectuais e militantes atuou em confrontos armados na região” (Gabriel de Paula, “Elites agrárias, associativismo e representações do rural em Goiás: 1930-1964” (tese de Doutorado, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2023), <https://repositorio.fgv.br/items/6d4b5b31-91e8-45c4-9ffa-5ba7bf97d9be/full>. Para mais detalhes, consultar: Paulo Ribeiro da Cunha, *Aconteceu longe demais: a luta pela terra dos posseiros em Formoso e Trombas e a Revolução Brasileira (1950-1964)* (São Paulo: Editora Unesp, 2007).

8 Carlos Alberto Vieira Borba, “A articulação entre o governador Mauro Borges e o programa estadunidense Ponto IV no desmantelamento da luta pela terra em Goiás 1961/62,” *Antíteses* 16, n.º 31 (2023): 354-379, <https://doi.org/10.5433/1984-3356.2023v16n31p354-379>.

9 Borba, “A articulação entre o governador Mauro Borges e o programa estadunidense Ponto IV no desmantelamento da luta pela terra em Goiás 1961/62”.

10 Borba, “A articulação entre o governador Mauro Borges e o programa estadunidense Ponto IV no desmantelamento da luta pela terra em Goiás 1961/62”.

11 “As Ligas Camponesas foram associações de trabalhadores rurais criadas em 1955 em Pernambuco e auto-denominou-se Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP). Coube a Imprensa e a Assembleia Legislativa de Pernambuco batizar a Associação de ‘Ligas’, vinculando-os erroneamente às ‘Ligas’ de 1945 organizadas pelo Partido Comunista Brasileiro e logo extintas em 1947 com a entrada do Partido à ilegalidade. A partir de 1959, as Ligas Camponesas se expandiram também rapidamente em outros estados, aumentando o impacto político do movimento, como no caso do Estado de Goiás” (Saimon Lima de Britto e Elizeu Ribeiro Lima, “A reforma agrária e o surgimento das ligas camponesas no estado de Goiás entre 1960-1964,” *Revista NERA* 24, n.º 59 (2021): 339-340, <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/8751>.

12 Britto e Lima, “A reforma agrária e o surgimento das ligas camponesas no estado de Goiás entre 1960-1964”.

e partiram em busca de um advogado ou de um político que os defendesse. Depois de inúmeras tentativas, foi sugerido o nome de Francisco Julião – que, nessa época, além de advogado, era deputado estadual pelo Partido Socialista Brasileiro. Este aceitaria a causa e, num curto espaço de tempo, transformaria esta luta numa bandeira de todos os trabalhadores rurais do Nordeste e do Brasil¹³.

No imaginário da elite agrária goiana e nacional, as Ligas Camponesas¹⁴, devido à sua presença em diversos estados brasileiros e ao apoio recebido por Cuba¹⁵, figuravam como uma ameaça de grandes proporções à estrutura vigente. Em nota publicada em janeiro de 1962, no jornal “Correio Paulistano”, a presença das Ligas Camponesas em Goiás estava “causando apreensões entre os lavradores do interior de Goiás” e esses organismos instigavam “os trabalhadores rurais contra os proprietários de terras”¹⁶. A mesma nota evidencia a posição do então deputado estadual de Goiás pela União Democrática Nacional (UDN), Juarez Bernardes¹⁷, que afirmava estar pronto para “combater, em todos os campos, a ação [de] Francisco Julião, considerada maléfica para o homem do campo e para a tranquilidade das famílias em geral”¹⁸. Em Goiás, uma parte do movimento estudantil serviu de base para a implementação das Ligas Camponesas. De acordo com “O Jornal”, “em Goiás o líder do Conselho Deliberativo das Ligas Camponesas [...] era Tarzan de Castro, vinte e cinco anos de idade e vice-presidente da União Brasileira dos Estudando Secundários (UBES)”¹⁹. Em reportagem do jornal nacionalista e de esquerda “O Semanário”, estudantes goianos do Centro Acadêmico 11 de maio, da Faculdade de Direito de Goiás, realizaram uma campanha de voluntariado com o Conselho das Ligas Camponesas para auxiliar lavradores nas colheitas na região de Jussara e na cidade de Goiás, sendo que os lavradores pouco depois foram alvo de expulsão das terras por ordem da Secretaria de Segurança de Goiás, que deslocou para a região “centenas de soldados armados de metralhadoras e morteiros”²⁰.

A percepção dos ruralistas goianos de que a atuação das Ligas Camponesas pautava-se no modelo da guerrilha cubana ganhou maior densidade quando da prisão, no Rio de Janeiro, do advogado das Ligas Camponesas de Goiás, Clodomir Santos de Moraes, que conduzia uma camionete para Goiás com carregamento de armas de origem estrangeira; “segundo informações da Política Política, as armas destinavam-se ao plano nacional de agitação”²¹. Ao comentar a prisão do representante das

13 Antônio Torres Montenegro, “As ligas camponesas às vésperas do golpe de 1964”, *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História* 29, n.º 2 (2012): 391-416. <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/9974>.

14 Para maiores informações sobre as Ligas Camponesas ver: Fernando Antônio Azevedo, *As ligas camponesas* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982) e Elide Rugai Bastos. *As Ligas Camponesas* (Petrópolis: Editora Vozes, 1984).

15 André Lopes Ferreira. “Reforma agrária e revolução: Cuba e as Ligas Camponesas do Brasil nos anos 60”. *Revista Brasileira do Caribe* 10, no.19 (2009), 163-189, acessado em 22 de dezembro, 2024, <https://www.redalyc.org/pdf/1591/159113063007.pdf>.

16 “Movimento contra a ação das Ligas Camponesas em Goiás,” *Correio Paulistano*, 28 de janeiro de 1962.

17 Graduado em Engenharia Agrônômica e Ciências Sociais e Jurídicas, foi deputado estadual (1959-1963) e deputado federal em três legislaturas durante a Ditadura Militar e a redemocratização do Brasil.

18 “Movimento contra a ação das Ligas Camponesas em Goiás,” *Correio Paulistano*.

19 “Pequeno-burgueses e camponeses recrutados em vários Estados para atuarem como guerrilheiros,” *O Jornal*, 29 de janeiro de 1963.

20 “Estudantes goianos vão ao campo ajudar os camponeses na colheita,” *O Semanário*, 24 de maio de 1962.

21 “Preso no Rio advogado das Ligas Camponesas de Goiás,” *A Tribuna*, 15 de dezembro de 1962.

Ligas em Goiás, Francisco Julião, em reportagem do “Diário de Notícias”, afirmou possuir “provas de atividades de militares norte-americanos”²² em Goiás e que haveria, em tese, um complô contra as Ligas. Um mês depois dessa declaração, ainda no decorrer da investigação, Francisco Julião fez questão de salientar, em depoimento à justiça, que “as Ligas não têm finalidade belicosa; ao contrário, sua finalidade é pacífica, em defesa dos camponeses. Negou qualquer vinculação com o comunismo e muito menos com o PCB, com que está em litígio, ‘justamente em defesa dos lavradores’”²³.

A despeito das falas de Julião, a opinião da elite agrária goiana sobre o radicalismo das Ligas e a necessidade de enfrentá-la de todas as formas possíveis apenas ganhava força. Veremos, na sequência, como membros da elite agrária goiana e suas entidades classistas estavam preparados para derramar sangue no enfrentamento com os movimentos populares pela reforma agrária.

Os fazendeiros e a luta política no Brasil Central

Na passagem da década de 1950 para 1960, o tema da reforma agrária estava no centro dos debates políticos brasileiros. No Brasil Central, mais precisamente em Goiás, de base socioeconômica predominantemente agrária, a luta de classes entre proprietários rurais, a maioria sendo composta por criadores de gado, e trabalhadores estava caminhando para o paroxismo. Em meio a essa crescente tensão, a elite agrária goiana mobilizou recursos diversos, como a retórica política, os jornais e até ações armadas, para interditar o discurso da reforma agrária popular ou, em certa medida, interromper a “ameaça comunista” no campo.

Em Goiás os principais partidos políticos à época eram o Partido Social Democrático (PSD) e que possuía na figura do ex-interventor varguista no Estado, Pedro Ludovico Teixeira, seu principal nome e que após 1945 fora governador eleito de Goiás e Senador. A União Democrática Nacional (UDN) elegeu o primeiro governador de Goiás após o fim do Estado Novo e teve na figura de Altamiro de Moura Pacheco, médico, pecuarista e fundador da Sociedade Goiana de Pecuária (SGP), a principal entidade classista de pecuaristas, sua figura de maior vulto e uma força na defesa dos interesses da elite agrária. Se o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), baseado em Vargas e após a sua morte em João Goulart, gozava de forte apelo nacional, em Goiás não houve grande adesão ao partido em certa medida pelo caráter não urbano da população do Estado²⁴. Serão nas hostes do PSD e da UDN que os criadores de gado em Goiás irão consolidar suas pretensões políticas.

Em 1963, na cidade de Uberaba, capital do zebu, no estado de Minas Gerais, a Sociedade Rural do Triângulo Mineiro reuniu diversos dirigentes²⁵ da elite agrária brasileira para debater a reforma agrária e apresentar uma proposta que não alterasse de forma substancial a estrutura do campo. Atores da esfera rural, como Iris Meimberg, à época presidente da Confederação Rural Brasileira²⁶, e políticos

22 “Clodomir guarda milhões das Ligas Camponesas nos Bancos,” *Diário de Notícias*, 20 de dezembro de 1962.

23 “Depoimento de Julião sobre Ligas,” *Jornal do Brasil*, 24 de janeiro de 1963.

24 Gabriel de Paula, “Elites agrárias, associativismo e representações do rural em Goiás (1930-1964)” (tese de Doutorado, CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, 2023).

25 “Ruralistas querem a reforma sem confisco,” *Tribuna da Imprensa*, 16 de maio de 1963.

26 Para uma análise mais detalhada sobre a Confederação Rural Brasileira e sua atuação como defensora dos

goianos de renome nacional, profundamente ligados à defesa dos interesses da elite agrária, como o senador Jerônimo Coimbra Bueno e o deputado federal Emival Caiado, ambos da União Democrática Nacional (UDN)²⁷, partido de teor liberal-conservador à época, estavam em posição de centralidade decisória na reunião dos ruralistas.

O senador goiano Coimbra Bueno era engenheiro por formação e havia sido governador de Goiás entre 1947 e 1950, sendo também proprietário de terras e criador de gado na cidade de Barretos, em São Paulo, e no interior de Goiás. Para além da política eletiva, também atuou como representante de classe na Associação de Pecuária do Brasil Central, na década de 1930, entidade ligada à Confederação Rural Brasileira. Emival Caiado, deputado de Goiás, pertencia a uma das mais importantes famílias da vida política goiana e tinha conexões geracionais com os interesses rurais.

O “Congresso sobre a Reforma Agrária”, uma reunião realizada em Uberaba, resultou na elaboração de um manifesto com cinco pontos solicitados: a) caso houvesse, a futura lei de reforma agrária não poderia contrariar os interesses de pequenos e médios proprietários e deveria evitar posturas confiscatórias, socialistas e anticristãs; b) reforma em terras devolutas e sem expropriação; c) a provável reforma agrária deveria tratar de questões como crédito rural, assistência técnica, não atentando contra a propriedade privada, entendida como ente sagrado²⁸.

A dimensão sacralizada da propriedade rural – que compunha, em grande medida, o *ethos* da elite rural brasileira e goiana – estava acompanhada de uma autopercepção de classe em que o tipo ideal de fazendeiro sediado em Goiás era um *self-made man*, com sólido apreço ao trabalho e devoção ascética à terra. Lincoln Xavier Nunes, presidente de uma importante associação de proprietários rurais goianos, em entrevista ao jornal “O Estado de São Paulo”²⁹, afirmava que

Os proprietários rurais de Goiás são todos legítimos homens da terra. Cultivam suas glebas com sacrifício; enfrentaram, anos atrás, o sertão bruto; mataram onças, perderam filhos e lutam contra o tempo e todas as adversidades. Como, agora, entregar as terras assim de forma violenta? Nossas glebas não formam latifúndios improdutivos; pelo contrário, produzem muito e à custa de sacrifícios de toda ordem.

O discurso do líder classista confere aos proprietários rurais goianos um caráter mistificador e heroico. Isso não significa que o labor sobre a terra e as diversas adversidades não tenham existido, mas a ló-

interesses dos grandes proprietários, ver Flávio M. Heinz (Org.), *Por outra história das elites* (Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006).

27 A UDN, partido liberal-conservador brasileiro com forte atuação política entre 1945 até 1965, quando foi dissolvida pela ditadura militar brasileira, foi um forte reduto de parcela das elites e da classe média, atuando na oposição à Getúlio Vargas e à sua herança trabalhista. Para uma análise clássica do partido, ver em Maria Victoria de Mesquita Benevides, *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981). Uma análise revisionista sobre o partido consta em Jorge Gomes de Souza Chaloub, “A economia política dos bacharéis udenistas,” *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 32, nº 96 (2017):1-18, <https://doi.org/10.17666/329406/2017>.

28 “Ruralistas querem a reforma sem confisco,” *Tribuna da Imprensa*.

29 “Proprietários aceitam reforma mas não invasão,” *O Estado de São Paulo*, 18 de fevereiro de 1964.

gica dessa retórica é sensibilizar a opinião pública de que a luta pela terra edificou riquezas às custas de sangue, suor e lágrimas, e que a reforma agrária representaria uma violação aos resultados do esforço pessoal dos fazendeiros. Porém, uma leitura crítica desse discurso revela uma omissão fundamental: os trabalhadores que estavam no eito das matas e do Cerrado, derrubando a vegetação, são um personagem ausente. O trabalho é resumido àqueles que eram os detentores do capital.

Um proprietário de terras em Goiás e oriundo do estado da Bahia reforça a retórica do trabalho centralizado no fazendeiro e sua ação dinamizadora:

Eu vim da Bahia [...] e ninguém conhece a luta que travei para vencer a mata que dominava essas regiões; da Bahia, ainda, trouxe mudas e sementes de capim coloniã, que hoje viceja em minha propriedade. É essa propriedade que agora desejam invadir violentamente³⁰.

Há outro aspecto fundamental nas manifestações do líder classista e do fazendeiro que não pode ser ignorado: a lógica da ocupação destrutiva da natureza. Essa lógica se manifesta nas lutas contra a brutalidade do espaço, na ameaça representada pelas onças e na introdução de sementes e mudas de capim para o gado, viabilizada apenas pela derrubada das matas da região. A ocupação agrícola do Cerrado brasileiro³¹, registrada entre as décadas de 1950 a 1970, feita ao som dos machados e dos “correntões”, estava profundamente atrelada a uma percepção não apenas de progresso, segundo os fazendeiros, mas também amparava-se em uma máxima do “homem que se faz sozinho” e que enxerga a natureza como o animal a ser domado.

O autoritarismo, a defesa da propriedade privada, a mentalidade cristã, a destruição do Cerrado, o não reconhecimento do outro como trabalhador são sintomas da fronteira como espaço do incerto, do transitório e da violência. Ao reconhecer que a lei deve estar apenas ao lado do capital formador de fazendas, a fronteira torna-se o espaço onde a dialética dos tempos se materializa, obscurecendo a noção de direito em um cenário de constante disputa³².

O bloco de poder formado por líderes de associações rurais, políticos e pelos próprios fazendeiros goianos nos primeiros anos da década de 1960 já sinalizava o futuro avanço da fronteira agrícola sobre o Cerrado, no contexto da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). Esse bloco se sustentava, em grande parte, por meio de uma retórica conservadora, fortemente embasada em valores cristãos, que construía uma imagem heroica do fazendeiro com símbolo de riqueza e progresso, enfrentando onças, matas e comunistas.

30 “Proprietários aceitam reforma mas não invasão,” *O Estado de São Paulo*.

31 Mary Karasch, *Before Brasília: frontier life in Central Brazil* (New York: New York Press, 2016).

32 Martins, *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*.

A “Carta de Goiânia”

Em agosto de 1963, estava prevista a visita a Goiânia, capital de Goiás, daquele que, à época, vocalizava a ira das classes conservadoras brasileiras e liderava resistência contra o espírito reformista da época, o jornalista, político da União Democrática Nacional e então governador do estado da Guanabara, Carlos Lacerda (1914-1977)³³. O político udenista era aguardado para um “encontro de ruralistas goianos e de estados vizinhos [...] promovido pela Sociedade Goiana de Pecuária, Federação das Associações Rurais de Goiás [FAREG], Sindicato dos Produtores Agropastoris de Goiás e Associação Comercial e Industrial de Goiás”³⁴. No entanto, Lacerda não esteve presente por ter decidido não participar de “reuniões políticas” no mês corrente, sendo representado pelo deputado federal Afrânio de Oliveira, da UDN paulista.

O jornal “O Estado de São Paulo” reporta que dez mil pessoas se reuniram no centro da capital goiana e, mesmo sem a presença de Lacerda, ouviram o discurso do representante do governador da Guanabara. Estavam presentes políticos da UDN e do PSD, de estados como Paraíba, Ceará e Minas Gerais, além de figuras da cena política goiana, como os udenistas Emival Caiado, Jales Machado e o diretor da Faculdade de Direito de Goiás, Jeronimo Geraldo de Queiroz, assim como “representantes das classes produtoras e dos estudantes locais”³⁵.

O encontro ruralista gerou manifestações contrárias, especialmente dos que se colocavam contra as posições políticas representadas pelo lacerdismo. Houve confronto entre os manifestantes do encontro ruralista e críticos, e a polícia realizou bloqueios em várias vias para impedir que os opositores adentrassem os espaços das reuniões³⁶.

O encontro, capitaneado por entidades representantes das elites rurais, resultou na elaboração de um documento intitulado “Carta de Goiânia”, cujo teor alarmista enfatizava a angústia dos fazendeiros com os problemas socioeconômicos enfrentados pelo Brasil, informando também que partia do governo, em especial o federal, orientações negativas “ao equacionamento das reivindicações populares, com o objetivo de levar-nos ao regime comunista, contrário às tradições e aspirações do nosso Povo”³⁷.

A “Carta de Goiânia, imbuída de forte teor anticomunista, afirmava que as classes produtoras estavam conectadas com o espírito reformista no Brasil, as chamadas “reformas de base”³⁸, desde que

33 Sobre a visão de economia política de Carlos Lacerda, ver Jorge Chaloub, “O liberalismo de Carlos Lacerda,” *Dados* 64, nº 4 (2018): 385-428, <http://doi.org/10.1590/001152582018163>.

34 “Deputado salienta em Goiânia realizações do gov. Lacerda,” *O Estado de São Paulo*, 13 de maio de 1963.

35 “Deputado salienta em Goiânia realizações do gov. Lacerda,” *O Estado de São Paulo*.

36 “Deputado salienta em Goiânia realizações do gov. Lacerda,” *O Estado de São Paulo*.

37 “Deputado salienta em Goiânia realizações do gov. Lacerda,” *O Estado de São Paulo*.

38 “Logo ao assumir o governo, Goulart se viu frente às demandas históricas das esquerdas e, na verdade, pregadas ao longo dos anos por ele mesmo: as reformas de base. Para os grupos nacionalistas e de esquerda, tratava-se de um conjunto de medidas que visava alterar as estruturas econômicas, sociais e políticas do país, permitindo o desenvolvimento econômico autônomo e o estabelecimento da justiça social. Entre as principais reformas constavam a bancária, a fiscal, a administrativa, a urbana, a agrária e a universitária, além da extensão do voto aos analfabetos e oficiais não-graduados das Forças Armadas e a legalização do PCB. O controle do capital estrangeiro e o monopólio estatal de setores estratégicos da economia também faziam parte do programa reformista dos nacionalistas. Embora heterogêneas e nem sempre unidas, as esquerdas formaram, logo no início

estas não alterassem o ordenamento jurídico brasileiro nem adotassem contornos de radicalismo. No documento, defendia-se que a reforma agrária deveria ser orientada pelos princípios da democracia e do cristianismo, enquanto as classes rurais enfatizavam que a pior forma de exploração era a exercida pelo Estado sobre os indivíduos, em uma clara alusão ao modelo comunista³⁹. Veremos, por fim, como se deu o processo de apoio recíproco entre militares e proprietários rurais no golpe civil-militar de 1964 e seus desdobramentos.

A farda e o chapéu

Pouco menos de dois meses antes do golpe civil-militar de 31 de março de 1964, que interromperia por duas décadas a primeira experiência democrática brasileira, o jornal liberal-conservador “O Estado de São Paulo” publicou, na primeira página, uma matéria informando que “os pecuaristas goianos reagiram com indignação a decisão dos trabalhadores rurais de invadirem propriedades”⁴⁰ nas regiões do estado de Goiás. O presidente da principal entidade de classe dos fazendeiros goianos, Carlos Machado de Araújo, afirmou para o jornal que a decisão dos trabalhadores de invadir fazendas era despropositada e que confiava “na existência da autoridade em Goiás para garantia dos direitos dos proprietários de terras”⁴¹. Em sintonia com a desaprovação da atitude dos trabalhadores rurais, o representante da Superintendência da Reforma Agrária (Supra) em Goiás, órgão criado pelo governo de João Goulart para realizar estudos e viabilizar a reforma agrária no Brasil, “considerou a decisão dos lavradores precipitada e violenta, principalmente porque estamos às portas da desapropriação das margens de rodovias e ferrovias federais”⁴².

Aproximadamente 200 fazendeiros da cidade de Trindade, município próximo à capital, se reuniram na sede da associação rural da cidade e deliberaram “constituir comandos armados para defender-se dos lavradores que tentaram invadir terras localizadas naquele município”⁴³. O recurso à luta armada, atribuído pelo senso comum aos movimentos de esquerda à época, também estava no horizonte de possibilidade dos proprietários de terras, às vésperas do golpe. De acordo com Dalva Borges Souza, a opção pelo revólver, pelo enfrentamento, foi uma retórica recorrente da elite agrária goiana, reafirmando seus aspectos autoritários e sua disposição de derramar sangue para a defesa da propriedade privada⁴⁴.

do governo Goulart, o que Argelina Figueiredo chamou de ‘coalizão radical pró-reformas’. [...] Leonel Brizola, naquele momento surgindo como a grande liderança popular, nacionalista e de esquerda, passou a pressionar Goulart pela agilização das reformas prometidas, sobretudo a agrária. Embora com orientações diversas, para os grupos que formavam a ‘coalizão radical pró-reformas’ a palavra de ordem tornou-se ‘reforma agrária na lei ou na marra’. Nesse sentido, sabia-se como ela ocorreria ‘na lei’: seria aquela aprovada pelo Congresso Nacional. Todavia, ‘na marra’ era algo ainda obscuro: seria aquela implementada apesar do Congresso, fora dele e, sobretudo, contra ele” (Jorge Ferreira, “A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização,” *Revista Brasileira de História* 24, n.º 47 (2004): 181-212. <https://doi.org/10.1590/S0102-01882004000100008>).

39 “Deputado salienta em Goiânia realizações do gov. Lacerda,” *O Estado de São Paulo*.

40 “Proprietários goianos estão alerta contra invasores,” *O Estado de São Paulo*, 13 de fevereiro de 1964.

41 “Proprietários goianos estão alerta contra invasores,” *O Estado de São Paulo*.

42 “Proprietários goianos estão alerta contra invasores,” *O Estado de São Paulo*.

43 “Proprietários goianos estão alerta contra invasores,” *O Estado de São Paulo*.

44 Dalva Borges de Souza (Org.), *Goiás: sociedade e estado*, 2ª ed. (Goiânia: Editora Cànone, 2009).

A aliança entre militares e membros da elite agrária brasileira é recorrente na literatura especializada sobre o golpe e o regime militar. Contudo, se houve simbiose de interesses no experimento golpista, a postura do governo militar de incorporar a pauta da reforma agrária nos anos posteriores gerou fricção entre os aliados de outrora⁴⁵. Os fazendeiros, então, sentiram-se desafiados pelo discurso do regime golpista de retirar os empecilhos à modernização do campo, tal como o latifúndio improdutivo. Octávio Ianni e Otávio Guilherme Velho apontam que, além do apoio dado por industriais, fazendeiros e imprensa ao golpe de 1964, o novo regime político veio referendar a postura autoritária vista como necessária ao projeto de modernização do campo, eliminando os movimentos populares de luta pela terra e garantindo a expansão, cada vez mais violenta, do capitalismo contra os corpos humanos e os espaços naturais, a exemplo do que ocorreu com o Cerrado e a Amazônia⁴⁶.

Mauro Borges, o então governador de Goiás, mesmo sendo homem da caserna e apoiador do golpe, foi deposto pelos colegas de farda em grande medida como fruto da pressão das elites contra ideias reformistas da estrutura agrária representadas pelo governador⁴⁷. Se pouco tempo antes os fazendeiros aventavam uma reforma agrária, desde que não radical e pautada pelos ideais de defesa da propriedade privada e dos valores cristãos, após a subida dos militares ao poder, recrudesceram o discurso rumo ao autoritarismo e passaram a advogar novamente pelo aumento de produtividade e por políticas de crédito, defendendo uma retórica de modernização conservadora na qual não haveria espaço para um pacto social de distribuição da terra.

O primeiro presidente-general, Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967), imerso no modelo desenvolvimentista, aprovou, em novembro de 1964, o “Estatuto da Terra”, para regular “os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola”⁴⁸. O texto do estatuto reforça a percepção governamental de que a modernização do campo brasileiro deveria ser realizada por meio do enfrentamento de entraves históricos, como o latifúndio, especialmente o improdutivo. Regina Bruno aponta que o “Estatuto da Terra”, ao citar a “política agrícola”, estaria buscando evitar o enfrentamento direto com as classes produtoras do Brasil, sinalizando que crédito rural e novas técnicas produtivas, entre outros fatores, também estavam na expectativa do governo⁴⁹.

Após a publicação do “Estatuto da Terra” pelo governo militar e diante da oposição da elite agrária, que se sentia traída pelo governo, um dos primeiros passos administrativos foi o início do cadastramento das propriedades privadas rurais para efetivar a cobrança do imposto rural, previsto no documento⁵⁰. Regina Bruno aponta que o modelo reformista do governo militar previsto no estatuto acatava os pressupostos liberais e cristãos defendidos pelas elites agrárias, invalidando a vinculação da reforma com o comunismo. A partir desse momento, a argumentação das elites agrárias buscava desqualificar a existência de um problema fundiário no Brasil. Segundo essa perspectiva, não haveria necessidade de uma divisão justa da terra, mas sim de uma política estatal efetiva para o meio rural,

45 Regina Bruno, *Senhores da terra, senhores da guerra: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil* (Rio de Janeiro: Forense Universitária/UFRRJ, 1997).

46 Otávio Guilherme Velho, *Capitalismo autoritário e campesinato* (Rio de Janeiro: Difel, 1976).

47 Souza, *Goiás: sociedade e estado*.

48 Brasil, Lei n.º 4 504, de 30 de novembro de 1964 (Brasília: Diário Oficial da União, 30 nov. 1964).

49 Bruno, *Senhores da terra, senhores da guerra*.

50 Souza, *Goiás: sociedade e estado*.

garantindo infraestrutura, crédito e outros elementos institucionais para a modernização e o avanço capitalista do meio rural brasileiro⁵¹.

A Sociedade Goiana de Pecuária (SGP) foi uma instituição central no boicote ao processo de cadastramento das propriedades rurais de Goiás, por acreditar que isso abriria espaço para o avanço de uma política reformista mais contundente por parte do governo militar brasileiro⁵². Para a elite agrária goiana, o governo militar do General Castelo Branco ainda possuía a mácula do reformismo de caráter desenvolvimentista. Se no início houve uma conjunção de interesses que culminou no golpe de 1964, passados poucos anos, a elite agrária, com destaque para a goiana, preferiu um caminho de radicalização, só que à direita, com a posse de Costa e Silva, em 1967⁵³. O coturno e o chapéu somente se reaproximaram com a mediação do revólver, isto é, do avanço do autoritarismo do regime militar brasileiro.

Considerações finais

Essa pesquisa se torna relevante quando percebemos algumas transformações no campo e nas influências políticas a partir do surgimento de novas elites no Brasil Central. Muito dessas elites refletem o conservadorismo brasileiro surgido após a ditadura militar, e estão associadas à nova imagem do Cerrado. A imagem do Cerrado como um espaço privilegiado de prosperidade e riqueza para o agronegócio tem sido frequentemente veiculada. A região tem sido representada de uma forma nova e relacionada à agricultura de alto rendimento, ao melhoramento genético no campo (tanto na adaptação de cultivares quanto na qualidade do rebanho), fazendo-se referência ao Brasil Central como um caso exemplar para a agropecuária nos trópicos. No entanto, é interessante destacar que, até o início da segunda metade do século XX, o Cerrado era visto como uma fronteira distante, isolada, rústica, com solo ácido e infértil, onde era mais apropriado praticar a pecuária, que aproveitava de forma precária a fragilidade forrageira das gramíneas. Nesse período, buscava-se modernizar a pecuária com a introdução de gramíneas africanas e gado indiano, para melhor aproveitar os campos tropicais da América do Sul⁵⁴.

Além do cenário econômico em busca de sustentabilidade e alternativas agrícolas para a região, o contexto político e social era marcado por graves vulnerabilidades fundiárias, com recorrentes conflitos e episódios de violência agrária. Inspirando-se em uma tradição intelectual desenvolvida a partir de reflexões, críticas e assimilações do contexto da fronteira nas Américas⁵⁵, a violência agrária tornou-se uma um dos temas centrais nos debates sobre migração, território e conflitos sociais no campo, com veremos mais adiante⁵⁶.

51 Bruno, *Senhores da terra, senhores da guerra*.

52 Souza, *Goiás: sociedade e estado*.

53 Souza, *Goiás: sociedade e estado*.

54 Sandro Dutra e Silva, "Challenging the environmental history of the Cerrado: Science, biodiversity and politics on the Brazilian agricultural frontier," *Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC)*, 10, n° 1 (2020): 82–116. <https://doi.org/10.32991/2237-2717.2020v10i1.p82-116>; Sandro Dutra e Silva, "Ecological ideas and historical construction of the Brazilian Cerrado," in *Oxford research encyclopedia of Latin American history* (New York: Oxford University Press, 2023). <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780199366439.013.1021>.

55 Frederick Jackson Turner, *The frontier in American history* (Minneapolis: Dover, 2010); Alistair Hennessy, *The frontier in Latin American History* (London: Edward Arnold, 1978).

56 David McCreery, *Frontier Goiás, 1822-1889* (Stanford: Stanford University Press, 2006); José de Souza Martins, *Fron-*

Em 1966, o escritor goiano Bernardo Élis (1915-1997) publicou o premiado livro de contos “Veranico de janeiro”, uma das mais representativas obras da literatura do Brasil Central⁵⁷. Bernardo Élis é celebrado como o mais ilustre dos escritores de Goiás, cujos escritos destacam a rusticidade e a realidade sombria e miserável da fronteira no isolado sertão goiano. Em 1944, ele publicou a sua primeira obra, intitulada “Ermos e gerais”, que trata dos dramas da erma savana brasileira (as gerais, uma maneira de representar a fisionomia dos campos, formados por uma vegetação arbustiva característica, além das gramíneas). A literatura deste escritor tem um tom de denúncia, sendo este um movimento já manifestado em outras obras de cunho regional no Brasil. Apresenta também características que lhe atribuem a insígnia de “literatura do Oeste”, evidenciando a relação entre o cenário natural e os dramas sóbrios do cotidiano de populações que sofriam com as intempéries e os caprichos da natureza, assim como desvelam a ganância e a violência das pessoas, embriagadas pelo desprezo pela natureza e pela miséria civilizatória das sociedades⁵⁸.

Assim, essa visão do Cerrado como um espaço de prosperidade, riqueza, tecnologia e produtividade no campo, impulsionada pela revolução verde associada à criação da Embrapa na década de 1970, contrasta com a antiga percepção do sertão ermo e atrasado. No entanto, essa representação histórica vem sendo desconstruída pela nova percepção desse bioma, oriunda da modernização da agricultura. Ao refletirmos sobre as invenções históricas e suas representações, podemos considerar essa questão como um ponto central para o debate sobre a fronteira e suas diferentes percepções, bem como os instrumentos utilizados na construção simbólica do Brasil Central e de seus atores sociais⁵⁹.

A publicação do conto “A enxada”, de Bernardo Élis, pareceu captar não apenas o passado violento das relações sociais no campo brasileiro e goiano, como também aparentemente anunciava o avanço da “besta-fera”⁶⁰, um “horizonte de expectativa”⁶¹ em que a ocupação capitalista sobre o Cerrado, e posteriormente sobre a região amazônica, se intensificava pelo arranjo do modelo predatório, autoritário e desenvolvimentista, sem dimensão social. O lavrador somente poderia empunhar uma enxada que não lhe pertencia, seu papel era de mão de obra desprovida dos meios de produção e sob a sombra da arma e da coerção dos grandes proprietários.

A marcha colonizadora que favoreceu a ocupação das matas de terras férteis no sul de Goiás teve o apoio e o amparo das elites e oligarquias do estado, já que a presença de pioneiros que abriam as roças para o plantio de café e outros produtos favorecia o desenvolvimento econômico, sem implicar ameaças às extensivas fazendas de gado. A elite goiana não se interessava pelas terras que os pioneiros agricultores passavam a desmatar e requerer os registros delas⁶². Com o avanço da infraestrutura e a conseqüente valorização das terras na segunda metade do século xx, contudo, as questões fundiárias se agravaram, gerando conflitos e violência.

teira: a degradação do outro nos confins do humano (São Paulo: Hucitec, 1997).

57 Bernardo Élis, *Veranico de janeiro* (Rio de Janeiro: José Olympio, 1966).

58 Sandro Dutra e Silva et al., “O cerrado goiano na literatura de Bernardo Élis sob o olhar da história ambiental,” *História, Ciências, Saúde – Manguinhos* 24, n.º 1 (jan.-mar. 2017): 93-110. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702016005000024>.

59 Dutra e Silva et al., “O cerrado goiano na literatura de Bernardo Élis sob o olhar da história ambiental”.

60 Otávio Velho, *Besta-Fera: recriação do mundo* (Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995).

61 Reinhart Koselleck, *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos* (Rio de Janeiro: Editora PUC-RIO, 2006).

62 Sandro Dutra e Silva, *No Oeste, a terra e o céu: a expansão da fronteira agrícola no Brasil Central* (Rio de Janeiro: Mauad X, 2017).

A mobilização de movimentos populares de luta pela terra em Goiás, tais como as Ligas Camponesas, entre outros movimentos, assim como as propostas reformistas encampadas por governos como o de Mauro Borges, foram enfrentadas violentamente neste e em outros estados brasileiros. A união entre fazendeiros, associações classistas rurais, políticos e militares pavimentou caminho para uma saída brutal e autoritária, em que o ideal reformista foi soterrado, juntamente com os vários corpos que tombaram no campo. A defesa da propriedade privada como valor natural e de base religiosa obstruiu o acesso de amplos setores da sociedade brasileira à terra.

O estrangulamento da implementação do “Estatuto da Terra” a partir do segundo governo militar de Costa e Silva abriu caminho para uma ocupação desenfreada do campo no Cerrado e nas áreas de transição com a Amazônia e para a própria região amazônica. Os fazendeiros goianos que construíram a máxima de terem domesticado as matas do Cerrado marchavam agora para o Norte do país. Nesta marcha, cerravam em fileiras os coturnos, os capacetes, as botas e os chapéus, em uma cadência marcada pelo som dos tratores derrubando matas e abrindo pastos para o gado. O modelo capitalista da ditadura militar, em especial após 1967, estava fortemente amparado pela presença estatal, evidenciando que o problema de muitos dos críticos pré-1964 não era apenas o intervencionismo, mas sim a quem tal modelo poderia ser útil. A famosa citação de Braudel, “o capitalismo só triunfa quando se identifica com o Estado, quando é o Estado”⁶³, encaixa-se perfeitamente com a aliança político-econômica agromilitar brasileira.

Referências

- Amorim, Alexandre Silveira de. “O Governo João Goulart, as Reformas de Base e o Golpe de 1964.” *Revista Angelus Novus*, n.º 20 (2024): 210466.
- Azevedo, Fernando Antônio. *As ligas camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- Bastos, Elide Rugai. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.
- Benevides, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- Bigliuzzi, Renato. “O caso Mauro Borges: Direito, Política e Constituição entre os dois primeiros atos institucionais”. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, 2016. <http://dx.doi.org/10.26512/2015.05.T.19147>.
- Boaventura, Karita Jesus, Silva, Claiton Márcio da, e Dutra e Silva, Sandro. “Building Soil Fertility: Embrapa and the Agronomic Development for the “Conquest” of the Brazilian Cerrado (1975-95).” *História Agrária: Revista de Agricultura e História Rural*, n.º 89, (2023): 247-278. <http://dx.doi.org/10.26882/histagrar.089e08b>.
- Borba, Carlos Alberto Vieira. “A articulação entre o governador Mauro Borges e o programa estadunidense Ponto IV no desmantelamento da luta pela terra em Goiás 1961/62”. *Antíteses* 16, n.º 31 (2023): 354-379. <https://doi.org/10.5433/1984-3356.2023v16n31p354-379>.

63 Fernand Braudel, *A dinâmica do capitalismo* (Rio de Janeiro: Rocco, 1987).

- Borges, Barsanufio G. *Goiás no contexto da economia nacional*. Goiânia: Editora UFG, 2000.
- Brasil. *Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964*. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 30 nov. 1964.
- Braudel, Fernand. *A dinâmica do capitalismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- Britto, Saimon Lima, e Elizeu Ribeiro Lima. “A reforma agrária e o surgimento das ligas camponesas no estado de Goiás entre 1960-1964.” *Revista NERA* 24, n.º 59 (2021), 339-340. <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/8751>.
- Bruno, Regina. *Senhores da terra, senhores da guerra: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária/UFRRJ, 1997.
- Campos, Francisco Itami. “Questão agrária: bases sociais da política goiana, 1930-1964.” Tese de doutorado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.
- Chaloub, Jorge. “A economia política dos bacharéis udenistas,” *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 32, n.º 96 (2017): 1-18. <https://doi.org/10.17666/329406/2017>.
- Chaloub, Jorge. “O liberalismo de Carlos Lacerda.” *Dados* 64, n.º 4 (2018): 385-428. <http://doi.org/10.1590/001152582018163>.
- “Clodomir guarda milhões das Ligas Camponesas nos Bancos.” *Diário de Notícias*, 20 de dezembro de 1962.
- Cunha, Paulo Ribeiro da. *Aconteceu longe demais: a luta pela terra dos posseiros em Formoso e Trombas e a Revolução Brasileira (1950-1964)*. São Paulo: Editora Unesp, 2007.
- Da Silva, Thais Patricia Paulino e Junior Avelar Araújo Santos. *A luta pela e na terra no brasil: uma análise das primeiras ligas camponesas do nordeste*. *Revista Contexto Geográfico* 10, n.º 23, p. e102318704-e102318704, 2025.
- “Depoimento de Julião sobre Ligas.” *Jornal do Brasil*, 24 de janeiro de 1963.
- “Deputado salienta em Goiânia realizações do gov. Lacerda.” *O Estado de São Paulo*, 13 de maio de 1963.
- Dutra e Silva, Sandro. “Ecological ideas and historical construction of the Brazilian Cerrado.” In *Oxford research encyclopedia of Latin American history*. New York: Oxford University Press, 2023. <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780199366439.013.1021>.
- Dutra e Silva, Sandro. “Challenging the environmental history of the Cerrado: Science, biodiversity and politics on the Brazilian agricultural frontier.” *Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC)* 10, n.º 1 (2020): 82–116. <https://doi.org/10.32991/2237-2717.2020v10i1.p82-116>.

- Dutra e Silva, Sandro, Bandeira, Aurea Marchetti, Tavares, Giovana Galvão, e Murari, Luciana. "O cerrado goiano na literatura de Bernardo Élis sob o olhar da história ambiental." *História, Ciências, Saúde – Manguinhos* 24, n.º 1 (jan.-mar. 2017): 93-110. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702016005000024>.
- Dutra e Silva, Sandro. *No Oeste, a terra e o céu: a expansão da fronteira agrícola no Brasil Central*. Rio de Janeiro: Mauad x, 2017.
- Dutra e Silva, Sandro, Taliton R. L. Moura, e Francisco Itami Campos. "A terra dos coronéis no Oeste do Brasil: A cattle frontier, violência e dominação fundiária no Cerrado goiano." *Topoi* 16, n.º 30 (2015): 234-259.
- Élis, Bernardo. *Veranico de janeiro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966.
- "Estudantes goianos vão ao campo ajudar os camponeses na colheita." *O Semanário*, 24 de maio de 1962.
- Ferreira, André Lopes. "Reforma agrária e revolução: Cuba e as Ligas Camponesas do Brasil nos anos 60." *Revista Brasileira do Caribe* 10, n.º 19 (2009): 163-189. <https://www.redalyc.org/pdf/1591/159113063007.pdf>.
- Ferreira, Jorge. "A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização." *Revista Brasileira de História* 24, n.º 47 (2004): 181-212. <https://doi.org/10.1590/S0102-01882004000100008>.
- Heinz, Flávio M. (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- Hennessy, Alistair. *The frontier in Latin American History*. London: Edward Arnold, 1978.
- Hippolito, Lucia. *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964)*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.
- Karasch, Mary. *Before Brasília: frontier life in Central Brazil*. New York: New York Press, 2016.
- Koselleck, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Editora PUC-RIO, 2006.
- Martins, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- McCreery, David. *Frontier Goiás, 1822-1889*. Stanford: Stanford University Press, 2006.
- Montenegro, Antônio Torres. "As ligas camponesas às vésperas do golpe de 1964." *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História* 29, n.º 2 (2012): 391-416. <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/9974>.
- "Movimento contra a ação das Ligas Camponesas em Goiás," *Correio Paulistano*, 28 de janeiro de 1962.

Murari, Luciana. *Natureza e cultura no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2009.

Murari, Luciana. *Brasil: ficção geográfica: ciência e nacionalidade no país d'Os sertões*. São Paulo: Anablume; Belo Horizonte: Fapemig, 2007.

Paula, Gabriel. "Elites agrárias, associativismo e representações do rural em Goiás: 1930-1964." Tese de Doutorado, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2023. <https://repositorio.fgv.br/items/6d4b5b31-91e8-45c4-9ffa-5ba7bf97d9be/full>.

"Pequeno-burgueses e camponeses recrutados em vários Estados para atuarem como guerrilheiros," *O Jornal*, 29 de janeiro de 1963.

"Preso no Rio advogado das Ligas Camponesas de Goiás." *A Tribuna*, 15 de dezembro de 1962.

"Proprietários aceitam reforma mas não invasão." *O Estado de São Paulo*, 18 de fevereiro de 1964.

"Proprietários goianos estão alerta contra invasores." *O Estado de São Paulo*, 13 de fevereiro de 1964.

"Ruralistas querem a reforma sem confisco." *Tribuna da Imprensa*, 16 de maio de 1963.

Souza, Dalva Borges de (Org.). *Goiás: sociedade e estado*. 2ª ed. Goiânia: Editora Cânone, 2009.

"The miracle of Cerrado. Brazil has revolutionized its own farms." *The Economist*, 26 de agosto de 2010, acesso em 20 de janeiro de 2024, <http://www.economist.com/node/16886442>.

Turner, Frederick Jackson. *The frontier in American history*. Minneola: Dover, 2010.

Velho, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato*. Rio de Janeiro: Difel, 1976.

Velho, Otávio Guilherme. *Besta-Fera: recriação do mundo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.